

HABEAS CORPUS Nº 523.942 - MG (2019/0220914-3)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : ELVIS DA SILVA PEREIRA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : B P G DE L (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado de próprio punho por B P G DE L, em face de acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS assim ementado (fl. 144):

APELAÇÃO CRIMINAL - ESTUPRO DE VULNERÁVEL - ABSOLVIÇÃO - ATIPICIDADE DA CONDUTA - INOCORRÊNCIA - ROBUSTEZ DO ACERVO PROBATÓRIO - CONDENAÇÃO MANTIDA - DOSIMETRIA - REDUÇÃO DA PENA - DESCABIMENTO - REPRIMENDA FIXADA NO MÍNIMO LEGAL - RECURSO DESPROVIDO.

-Restando cabalmente comprovado que o réu, abusando da inocência e imaturidade da vítima, de apenas doze anos, com ela praticou atos libidinosos e teve conjunção carnal, escoreita a condenação pelo crime do art.217-A do CPB.

- Se a pena foi concretizada no mínimo legal, não há que se falar em redução da reprimenda.

V.V: Mostra-se viável a fixação do regime semiaberto a acusado primário condenado a pena não superior a oito anos, sendo favoráveis as circunstâncias judiciais, inexistindo fundamento de relevo que justifique a adoção do sistema prisional mais gravoso.

Consta dos autos que o paciente foi condenado às penas de 8 anos de reclusão, em regime inicial semiaberto, pela prática do delito do art. 217-A do Código Penal.

Interposta apelação, o Tribunal local, por maioria, negou-lhe provimento. Opostos embargos infringentes, foram rejeitados.

Daí o presente *writ*, em que sustenta, em síntese, que não existe fundamentação válida para a fixação do regime fechado ao paciente, principalmente, por se tratar de réu primário, e que a gravidade abstrata do delito, igualmente, não autoriza tal providência.

Requer, pois, a concessão da ordem para fixar o regime semiaberto para o início do cumprimento da pena.

Sem pedido de liminar.

As informações foram prestadas (fls. 43-77 e 86-168).

O Ministério Público Federal ofertou parecer, manifestando-se pela intimação da Defensoria Pública de Minas Gerais para promover a defesa técnica do paciente, protestando por nova vista dos autos, após tal diligência (fls. 173-175).

É o relatório.

DECIDO.

Alega que as instâncias ordinárias fixaram o regime inicial fechado para o cumprimento da pena unicamente com base na hediondez do delito do art. 217-A do CP e no *quantum* da pena imposta, o que, no seu entender, não constitui fundamento válido.

Na sentença condenatória, a pena e a fixação do regime foram assim fundamentadas (fl. 53):

Como as referidas circunstâncias se apresentam integralmente favoráveis ao réu, fixo a pena-base no mínimo legal, ou seja, em 8 anos de reclusão.

Passo à segunda fase de fixação da pena.

Não incidem na espécie circunstâncias agravantes ou atenuantes, em virtude do que mantenho a pena no patamar acima fixado.

Na terceira fase, não se aplicam causas de diminuição ou aumento da pena, em virtude do que fixo a pena definitivamente no patamar de 8 anos de reclusão.

Tendo em vista o quantitativo da pena privativa de liberdade aplicada, estabeleço o regime inicialmente fechado para o seu cumprimento.

A Corte de origem negou provimento ao apelo defensivo, mantendo o regime inicial fechado fixado no decreto condenatório, com base nos seguintes fundamentos (fl. 150):

Registro que o regime fechado se mostra escorreito, uma vez que as consequências do delito, que **resultou em uma gravidez inesperada de uma adolescente**, demandam uma repressão mais severa do Estado ao acusado – inteligência do art. 33, §3º do CP.

Como se vê, o regime inicial fechado foi fixado pelas instâncias ordinárias com base na quantidade de pena e no fato de a prática do crime ter resultado na gravidez inesperada da vítima.

Com efeito, ao contrário do alegado pela defesa, o Tribunal *a quo* justificou a imposição do regime mais gravoso não apenas na gravidade abstrata do delito de estupro, mas na gravidade concreta da conduta aferida, na espécie, asseverando *que o regime fechado se mostra escorreito, uma vez que as consequências do delito, que resultou em uma gravidez inesperada de uma*

adolescente, demandam uma repressão mais severa do Estado ao acusado.

Neste sentido:

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ESTUPRO. ART. 213, CAPUT, DO CP. REGIME DE CUMPRIMENTO DE PENA MAIS GRAVOSO. POSSIBILIDADE. GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO. ACÓRDÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Embora a pena privativa de liberdade tenha sido fixada em patamar inferior a 8 (oito) anos de reclusão, e a sanção básica tenha sido estabelecida no mínimo legal, as circunstâncias fáticas ensejadoras do regime fechado foram bem delineadas pelo Tribunal de origem, que ressaltou a gravidade concreta do crime praticado pelo acusado, que imobilizou a vítima em via pública a fim de praticar com ela atos libidinosos, e, ainda, após o fato delituoso, esteve no recinto de trabalho da vítima, causando-lhe grande temor. Estas circunstâncias revelam uma maior ousadia e periculosidade concreta na conduta do agente, o que afasta a incidência da Súmula n. 440/STJ.

2. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 1.440.377/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 23/4/2019, DJe 30/4/2019)

HABEAS CORPUS. ESTUPRO TENTADO. REGIME DE CUMPRIMENTO DA PENA FECHADO. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS. CULPABILIDADE, CIRCUNSTÂNCIAS E CONSEQUÊNCIAS. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

1. Para a escolha do regime prisional, devem ser observadas as diretrizes dos arts. 33 e 59, ambos do Código Penal, além dos dados fáticos da conduta delitiva que, se demonstrarem a gravidade concreta do crime, poderão ser invocados pelo julgador para a imposição de regime mais gravoso do que o permitido pelo quantum da pena.

2. Embora o paciente tenha sido condenado a reprimenda inferior a 8 anos de reclusão e não obstante fosse primário ao tempo do delito, teve circunstâncias judiciais valoradas de forma desfavorável (culpabilidade, circunstâncias e consequências do crime), pelo que se mostra devida a imposição do regime inicial fechado, nos termos do art. 33, § 3º, do Código Penal.

3. Na espécie, o réu praticou o delito na residência da vítima (onde permaneceu à sua espera em período noturno), quando já repousava, e contra ela desferiu cinco facadas no momento da luta corporal travada. Igualmente graves as consequências sofridas pela ofendida, consistentes nos traumas físicos e psicológicos, além do fato de haver abandonado o trabalho, rompido a relação e mudado de cidade, tudo isso fruto do estigma social e do conflito conjugal gerado pelo fato criminoso praticado pelo ora paciente.

4. Habeas corpus não conhecido. (HC 366.671/MT, Rel. Ministro ROGERIO

Superior Tribunal de Justiça

SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 20/10/2016, DJe 14/11/2016)

Ante o exposto, denego o *habeas corpus*.

Comunique-se.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator